

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO: UM PANORAMA SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Letícia Rodrigues da Silva ¹

Caroline Elizabeth Blaszko ²

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO: ASPECTOS TEÓRICOS

Neste tópico serão abordados os conceitos de educação especial e inclusão, ressaltando suas definições, objetivos e a relevância que assumem no contexto escolar. “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”, de acordo com a LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mencionado no capítulo V, artigo. 58.

Diante disso, o objetivo central da educação especial, conforme a LDB, é possibilitar que os educandos com necessidades especiais tenham seus direitos respeitados e que sejam ouvidos, garantindo uma igualdade de oportunidades para o seu desenvolvimento acadêmico e social, através de uma perspectiva inclusiva.

A relevância que assume no contexto educacional voltado a partir da educação especial é a luta pelos seus direitos, por uma educação de qualidade, sem discriminação e com igualdade de oportunidades. A LDB nº 9.394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Especial mencionada no Capítulo 5, artigo. 58, inciso II, assegura “O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos”.

Além disso, a lei determina que o ensino deve garantir uma condição adequada para o acesso e permanência da pessoa com deficiência: “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de

¹ Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus do Pantanal (CPAN).

² Doutora em Educação pela PUC-PR, Professora da UFMS, caroline.blaszko@ufms.br .

educação especial”, citado no artigo 58, inciso I.

Nesse sentido, o Ministério da Educação (MEC) reforça, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008):

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de eqüidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, MEC, 2008, p.5)

Dessa forma, tanto a LDB quanto os documentos do MEC evidenciam que a relevância da Educação Especial está na construção de uma escola inclusiva, que reconhece e valoriza a diversidade, assegurando a aprendizagem, o desenvolvimento e a participação de todos os estudantes

Contudo, a inclusão pode ser entendida como uma transformação no ambiente escolar, onde apresenta um local democrático e comprometido com a formação da pessoa com deficiência e todos os sujeitos que frequentam aquela instituição, como afirma o Mantoan (2003) “A inclusão não é apenas a inserção de alunos com deficiência no ensino regular, mas a possibilidade de aprender com a diferença e a partir dela, construindo uma escola para todos” (MANTOAN, 2003, p. 24).

As políticas públicas são essenciais para consolidar a Educação Inclusiva como um direito e uma prática efetiva nos sistemas educacionais. Elas constituem o conjunto de diretrizes, normativas, programas e ações que orientam o Estado, as escolas e os profissionais na promoção de condições de acesso, participação e aprendizagem para todos os estudantes, especialmente aqueles público-alvo da Educação Especial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o estado do conhecimento foram utilizadas pesquisas de teses e dissertações publicadas em língua portuguesa nos últimos cinco anos compreendendo os anos de 2020 a 2024 - na plataforma Scielo.Org

A seleção na plataforma Scielo.Org ocorreu com base nas seguintes etapas:

Etapa I- Para a seleção inicial utilizou-se o descritor “Políticas Educacionais” “Inclusão” “Educação Especial” (todos os campos), foram encontrados um total de 35 resultados.

Etapa II- Foi separado então pelos anos escolhidos (2020 a 2024), ficaram então 12 trabalhos.

Etapa III- Foi então baixado cada trabalho, porém ficaram apenas 10 trabalhos, pois os outros dois não se encontram disponíveis para a tradução ao português.

Quadro 01: Categoria Inclusão

Ano	Título	Autor	Resultados Apontados
2024	Sentidos de Política, Práticas e Inclusão na Educação Especial	Fabiany de Cássia Tavares SILVA	Considerar as estruturas estruturantes e estruturadas, permitindo-nos compreender como a reprodução e a mudança social têm lugar em distintos espaços/tempos e que tendências precisam ser analisadas, como aqui fizemos.
2024	“Um Estranho no Ninho”: Tensões e Contradições da Educação Inclusiva Confrontadas pela Presença de Estudantes com TEA em Salas de Aula Comuns	Sanny Silva da ROSA Juliana de Moura BORGES	Compreender os desafios e as possibilidades dos processos de inclusão e escolarização de alunos autistas matriculados na rede municipal de ensino de Santo André, São Paulo.
2021	Educação e Inclusão: equidade e aprendizagem como estratégias do capital	Rosalba Maria Cardoso Garcia Maria Helena Michels	As estratégias têm relação com diversificação educacional, flexibilização curricular, diferenciação de trajetórias, habilidades e competências que prescindem das instituições escolares e do conhecimento. Identificamos uma perspectiva multifacetada relacionada à inclusão, combinando atendimentos segregados e integracionistas.
2021	INCLUSÃO ESCOLAR: EFEITOS DO PLANO NACIONAL	Neusete Machado Rigo Morgana Maciel de Oliveira	Os resultados da pesquisa mostram que os municípios propõem, majoritariamente, formação aos professores do atendimento educacional especializado, em

	DE EDUCAÇÃO NOS PLANOS MUNICIPAIS	detrimento daqueles que atuam nas salas regulares, concluindo-se que os planos, em geral, distanciam-se da construção de sistemas educacionais inclusivos e seguem uma concepção de educação especial centrada no atendimento educacional especializado.
--	---	--

Silva (2024), em seu artigo “Sentidos de Política, Práticas e Inclusão na Educação Especial”, propõem uma análise crítica sobre os conceitos de política, práticas e inclusão tem sido vinculado na constituição da chamada Educação Especial Moderna, tomando como base documentos internacionais e nacionais como a Declaração de Incheon (2015), o Marco de Ação da Educação 2030 (2016) e a Base Nacional Comum Curricular (2018). A autora aborda a teoria de Pierre Bourdieu, onde observa os documentos de um discurso inclusivo, reforçando as estruturas de poder e reprodução das desigualdades sociais. A inclusão segundo a autora revela um ideal progressista, mas que é esvaziado ao ser atravessado por lógicas meritocráticas e individualistas, deixando de considerar as desigualdades estruturais que marcam a trajetória escolar de pessoas com deficiência.

Além disso, o texto destaca que a Educação Especial Moderna, ao ser orientada por metas globais e currículos padronizados, transforma o direito à educação em um campo de disputa simbólica. A autora evidencia que a inclusão escolar, tal como é apresentada, tende a servir aos interesses do setor produtivo, enquanto silencia os sujeitos com deficiência, reduzindo suas experiências e histórias de vida à lógica da performance e da adaptação.

De acordo com Rosa e Borges (2024), O artigo intitulado “*Um estranho no ninho: tensões e contradições da educação inclusiva confrontadas pela presença de estudantes com TEA em salas de aula comuns*”, de autoria Rosa e Borges, examina as tensões e contradições presentes na implementação da educação inclusiva, sobretudo quando estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) são inseridos em salas de aula regulares. As autoras argumentam que essa inclusão desafia o modelo escolar tradicional, ainda baseado em padrões de normalidade, padronização e rendimento, herdados da Modernidade e reforçados pela lógica neoliberal. As autoras realizaram uma pesquisa com gestoras da rede municipal de Santo André, o estudo revela como a presença de alunos autistas evidencia os limites das políticas inclusivas atuais, que muitas vezes se apoiam em discursos técnicos, diagnósticos

biomédicos e soluções padronizadas, negligenciando as dimensões humanas, subjetivas e pedagógicas da escolarização.

As autoras demonstram que, embora existam avanços na legislação e nas políticas públicas voltadas à inclusão, essas medidas ainda convivem com práticas capacitistas e dispositivos institucionais excludentes. Os depoimentos das participantes da pesquisa revelam o mal-estar gerado pela presença do “estranho” no espaço escolar – alunos que não se encaixam no perfil médio – e a sobreposição do saber médico sobre o saber pedagógico, especialmente após a pandemia, que intensificou diagnósticos e encaminhamentos precoces. Concluem que é necessário problematizar os discursos que sustentam a inclusão para além das boas intenções, a fim de transformar a escola em um espaço verdadeiramente acolhedor, diverso e emancipador, onde o direito à diferença não seja apenas tolerado, mas efetivamente valorizado.

De acordo com Garcia e Michels (2021), O artigo intitulado *“Educação e Inclusão: equidade e aprendizagem como estratégias do capital”*, de autoria de Rosalba Maria Cardoso Garcia e Maria Helena Michels, analisa criticamente o modo como as diretrizes de organismos internacionais – notadamente o Banco Mundial e a UNESCO – têm influenciado as políticas educacionais dos países periféricos entre as décadas de 1990 e 2020. As autoras argumentam que os conceitos de “inclusão”, “equidade” e “aprendizagem”, embora apresentados como avanços no campo da justiça social, operam, na prática, como instrumentos de aprofundamento das desigualdades sociais, ao serem instrumentalizados pela lógica do capital. Em vez de promover a igualdade de condições, essas noções são utilizadas para justificar políticas focalizadas e de baixo custo, voltadas a grupos vulnerabilizados, ao mesmo tempo em que se restringe o papel formativo da escola à produção de resultados quantificáveis e à adaptação ao mercado de trabalho.

As autoras também evidenciam esse processo ao analisar a evolução da política de educação especial no Brasil, identificando três gerações distintas: a primeira, marcada por ações paralelas e excludentes; a segunda, baseada em um discurso de inclusão, mas com forte orientação empresarial e tecnocrática; e a terceira, que retoma práticas segregacionistas sob a justificativa de contenção de gastos e eficiência administrativa. Ao final, o texto defende que a educação inclusiva, tal como vem sendo conduzida sob influência neoliberal, está longe de promover justiça social. Pelo contrário, tem contribuído para o rebaixamento formativo e para a desresponsabilização do Estado, ao passo que sustenta mecanismos históricos de exclusão, sobretudo no que se refere à população com deficiência. As autoras,

portanto, convocam o campo educacional a adotar uma perspectiva crítica, fundamentada na luta de classes e no enfrentamento das estruturas que perpetuam a desigualdade social.

De acordo com Rigo e Oliveira (2021), o artigo Inclusão escolar: efeitos do Plano Nacional de Educação nos planos municipais, analisa criticamente a efetivação da meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), que trata da universalização do acesso de estudantes com deficiência à educação básica em sistemas educacionais inclusivos. As autoras investigam como essa diretriz nacional se desdobra nos Planos Municipais de Educação (PME) de uma região do Rio Grande do Sul, focando especialmente nas estratégias relacionadas à formação continuada de professores. A análise revela que, majoritariamente, os municípios priorizam a formação de profissionais que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE), em detrimento dos docentes da educação regular, o que revela um distanciamento das políticas públicas locais em relação à construção efetiva de escolas inclusivas. Essa abordagem reitera uma concepção fragmentada de educação especial, ainda centrada em dispositivos clínicos e recursos técnicos, reforçando uma lógica segregadora dentro dos próprios sistemas educacionais.

As autoras argumentam que, para que haja de fato inclusão escolar, é necessário que as políticas de formação docente transcendam o espaço da sala de recursos e envolvam todos os professores da escola, promovendo reflexões sobre práticas pedagógicas, currículos e concepções de normalidade. O estudo aponta, ainda que poucos municípios vão além das diretrizes nacionais, propondo ações mais amplas e articuladas com a educação geral. A pesquisa reforça a necessidade de uma formação continuada crítica e reflexiva, sustentada por fundamentos éticos e epistemológicos que considerem a diversidade humana e rompam com o paradigma da homogeneidade escolar. Conclui-se que a inclusão escolar não pode ser restrita à ação do AEE, mas deve ser assumida como responsabilidade coletiva e política de toda a instituição escolar, implicando transformações profundas no modo de pensar e organizar o ensino.

Com base nas reflexões presentes nos quatro estudos analisados, percebe-se que, embora o discurso oficial sobre inclusão escolar tenha conquistado espaço nas políticas públicas, sua aplicação no cotidiano das escolas ainda esbarra em inúmeros desafios e contradições. Os autores esclarecem que a ideia de inclusão, frequentemente divulgada como sinal de compromisso com a justiça social, tem sido moldada por lógicas burocráticas e meritocráticas que pouco consideram as desigualdades reais vividas pelos sujeitos. Em lugar de promover uma escola transformadora, muitas práticas acabam exigindo que o aluno com deficiência se encaixe em padrões pré-estabelecidos, o que frequentemente apaga sua

individualidade e limita sua participação. Além disso, os processos formativos voltados aos professores continuam restritos e desarticulados, concentrando-se no Atendimento Educacional Especializado e deixando de envolver toda a equipe escolar. Diante disso, os trabalhos comprovam a urgência de uma inclusão mais sensível e comprometedora, entendida como uma construção coletiva que exige diálogo, escuta e mudanças profundas na forma como a escola acolhe e ensina cada criança.

Quadro 02: Categoria Desafios da Inclusão

Ano	Título	Autor	Resultados Apontados
2023	Entrevista com a Professora Maura Corcini Lopes: a Produção do Ser Surdo na Experiência da Educação	Maura Corcini LOPES Eliana da Costa Pereira de MENEZES Patrícia GRAFF	A reflexão sobre os tipos de saberes produzidos sobre a surdez e as formas como os sujeitos com surdez foram sendo narrados nesse período.
2022	Produção Científica Brasileira sobre Pessoas com Deficiência Visual em Contextos de Trabalho	Geiverson da Silva SANTANA Fabíola Marinho COSTA Roberval Passos de OLIVEIRA	a importância de propostas educacionais voltadas à promoção da inclusão, que envolvam, para além dos espaços formalmente reconhecidos como educacionais, os contextos de trabalho.
2020	O Retrato da Exclusão nas Universidades Brasileiras: os limites da inclusão	Vinícius Neves de Cabral Rosimeire Maria Orlando Silvia Márcia Ferreira Meletti	Os resultados apontam que as medidas governamentais priorizaram a expansão de instituições privadas, enquanto a representação de estudantes com deficiência nas universidades brasileiras continua sendo um cenário de exclusão.

De acordo com Lopes e Graff (2023), o artigo “Entrevista com a Professora Maura Corcini Lopes: a Produção do Ser Surdo na Experiência da Educação”, reúne reflexões da professora Maura Corcini Lopes sobre os caminhos percorridos pela educação de surdos no Brasil, ao longo dos trinta anos da *Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE)*. A partir da trajetória acadêmica e do levantamento dos artigos publicados na RBEE relacionados à surdez, a autora apresenta uma análise crítica sobre os discursos e práticas que adaptam as formas de compreender e nomear os sujeitos surdos nesse período. Ela aponta como os sentidos atribuídos à surdez se modificaram ao longo do tempo, oscilando entre compreensões biomédicas e culturais, e ressalta a importância de reconhecer a surdez como uma experiência complexa e historicamente situada, que não se reduz a uma condição clínica, mas que se constrói na relação com o outro, com os saberes e com a sociedade.

A autora ressalta que as políticas de inclusão escolar, embora necessárias, carregam tensões que precisam ser problematizadas, sobretudo quando organizadas a partir de identidades fixas e demandas que favorecem determinados grupos em prejuízo de outros. Para ela, é essencial distinguir os conceitos de diversidade e diferença: enquanto a diversidade é visível e mensurável, a diferença é vivida, sentida e nem sempre nomeável. Lopes defende que a escola deve se abrir para a experiência da diferença como possibilidade de encontro, e não como ameaça à ordem.

Ao tratar a educação bilíngue para surdos, a professora aponta que os avanços ainda são tímidos diante das necessidades reais, e que é preciso investir em uma estrutura sólida, com formação adequada para professores surdos e ouvintes, visando não apenas o ensino da Libras, mas com uma intencionalidade pedagógica voltada ao desenvolvimento pleno dos sujeitos surdos. Por fim, ela requer que a educação desloque-se do campo das respostas técnicas e se comprometa com a construção de uma política comum que valorize a pluralidade das experiências humanas.

De acordo com Santana, Costa e Oliveira (2022), o artigo “Produção científica brasileira sobre pessoas com deficiência visual em contextos de trabalho”, apresenta uma revisão sistemática na produção científica brasileira que aponta a diversidade e a inclusão de pessoas com deficiência visual em ambientes de trabalho. Os autores destacam que, apesar dos avanços legislativos e das políticas públicas voltadas à promoção da inclusão, a presença de pessoas com deficiência visual nesses espaços ainda é marcada por dificuldades significativas. A pesquisa também identificou que há um número menor de estudos que tratam especificamente desse grupo, evidenciando uma brecha importante na literatura. Foram localizados apenas três artigos que discutem a relação entre deficiência visual e mundo do trabalho, com foco maior nas etapas de inserção e reintegração, e não diretamente no processo de inclusão propriamente dito.

A análise dos estudos revelou que, além da escassez de pesquisas, as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência visual incluem barreiras comportamentais, desconhecimento sobre seus direitos, infraestrutura inadequada, e baixa escolaridade, o que compromete o acesso e a permanência no trabalho. Também foi apontado que muitas empresas contratam pessoas com deficiência apenas para cumprir cotas legais, sem oferecer as condições adequadas para seu desenvolvimento profissional. Apesar disso, os estudos reconhecem o potencial transformador do trabalho na vida dessas pessoas, ressaltando sua importância para o fortalecimento da identidade, autonomia e pertencimento social. Os autores concluem que é fundamental ampliar os estudos na área, promovendo políticas de

inclusão sensíveis às especificidades da deficiência visual, com ações integradas entre educação, trabalho, saúde e assistência social.

Segundo Cabral, Orlando e Merletti, analisam o acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior no Brasil, evidenciando os limites das políticas de inclusão realizadas nas últimas décadas. Apesar do aumento das matrículas a presença desses estudantes nas universidades continua sendo muito pequena em relação à população com deficiência em idade universitária. As instituições privadas concentram a maior parte das matrículas, ainda que as universidades públicas apresentam uma taxa um pouco maior de inclusão. Diante disso, o número de formandos que concluíram a graduação com deficiência mostra que o problema não se limita ao ingresso, mas à falta de apoio adequado para sua permanência e sucesso acadêmico.

Contudo, os autores destacam que a inclusão promovida pelas políticas públicas muitas vezes não rompe com as estruturas excludentes do sistema capitalista, funcionando mais como uma adaptação pontual do que como transformação real. Defendendo as estratégias inclusivas que devem ir além do acesso às vagas e considerar as condições que garantam a persistência e conclusão dos estudos. Para isso, é necessário investir em práticas pedagógicas adequadas, formação docente específica e mudanças estruturais nas universidades, de modo a promover uma inclusão de fato, e não apenas simbólica.

Os três trabalhos compartilham um ponto central: a crítica às políticas de inclusão que, embora representem avanços formais, ainda não garantem efetivamente a equidade no acesso, permanência e desenvolvimento pleno das pessoas com deficiência em diferentes contextos sociais, como educação e trabalho. Todos os trabalhos se concentram na visão de que a inclusão não pode se restringir às normas ou metas quantitativas. É preciso compreender as particularidades dos sujeitos, problematizar as práticas institucionais e promover uma transformação real das estruturas que ainda reproduzem desigualdades.

Quadro 02: Categoria Experiências

Ano	Título	Autor	Resultados Apontados
2021	Experiências e Vivências de Escolarização de Alunos com Deficiência Intelectual	Rosana GLAT Suzanli ESTEF	A concepção do processo de ensino e aprendizado, a composição curricular e as práticas pedagógicas predominantes, assim como as representações sociais docentes sobre esse público, ainda são impregnadas pela cultura meritocrática e classificatória, incompatível com uma educação para a diversidade.

De acordo com Glat e Estef, o trabalho “Experiências e Vivências de escolarização de alunos com Deficiência Intelectual” apresenta os resultados de uma pesquisa que investigou as vivências escolares de jovens e adultos com deficiência intelectual, com base em relatos pessoais coletados por meio da metodologia de História de Vida. As falas dos participantes revelaram que, apesar das políticas de inclusão, muitos ainda enfretam uma trajetória marcada por fracassos escolares, discriminação e falta de apoio pedagógico adequado. A ausência de estratégias de ensino, aliada a avaliações padronizadas e à baixa expectativa dos docentes, contribui para que esses estudantes sejam encaminhados a instituições especializadas, muitas vezes como última alternativa após experiências negativas no ensino comum.

As autoras apontam que para a inclusão ser efetiva, é necessário romper com práticas pedagógicas baseadas em lógicas classificatórias e meritocráticas, que ignoram a diversidade presente nas salas de aula. A escuta ativa dos próprios estudantes é um elemento central para a construção de práticas educacionais mais sensíveis e adaptadas às suas necessidades. Além disso, defendem o ajuste curricular, a adaptação dos métodos de avaliação e a valorização de espaços especializados como complementares à formação, desde que ressignificados. A inclusão, nesse sentido, deve estar baseada no reconhecimento do potencial de aprendizagem de todos, com o compromisso de transformar as estruturas que ainda mantêm muitos sujeitos à margem do processo educativo.

CONCLUSÃO

Conclui-se que as políticas públicas voltadas à educação inclusiva têm papel fundamental na garantia do direito à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento pleno de todos os estudantes. Ao estabelecer diretrizes, normativas e ações que orientam sistemas educacionais, essas políticas asseguram condições para que escolas, professores e gestores promovam práticas pedagógicas equitativas, acessíveis e sensíveis às diferenças. A implementação efetiva dessas políticas contribui para a redução de desigualdades históricas, fortalece a formação docente, orienta o uso de recursos e serviços de apoio, e amplia as possibilidades de participação social de crianças, adolescentes e adultos público-alvo da educação especial. Assim, a educação inclusiva deixa de ser apenas um ideal e se concretiza

como um compromisso ético e social, assegurando que a escola se torne um espaço de respeito, pertencimento e construção de trajetórias educativas com qualidade e justiça.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – 7. ed. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. 64 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf. Acesso em: 09 de set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. 5 p . Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> . Acesso em: 18 set. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. INCLUSÃO ESCOLAR O que é? Por quê? Como fazer?. Coleção cotidiano escolar, São Paulo. Moderna , 2003. 24 p. Disponível em : <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUSÃO-ESCOLARMaria-Teresa-Eglér-Mantoan-Inclusão-Escolar.pdf> . Acesso em: 19 set. 2025.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Sentidos de Política, Práticas e Inclusão na Educação Especial. **Dossiê/ Relato de Pesquisa:** Rev. bras. educ. espec, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/xhD4m6GgkTWhyYPBLKcQfsb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de set.2025.

ROSA, Sanny Silva; BORGES, Juliana de Moura. “Um Estranho no Ninho”: Tensões e Contradições da Educação Inclusiva Confrontadas pela Presença de Estudantes com TEA em

Salas de Aula Comuns. **Relato de Pesquisa:** Rev. bras. educ.especial, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/dk6HMH698vsKVf3p45T7Pgz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de set.2025.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. Educação e Inclusão: equidade e aprendizagem como estratégias do capital. SEÇÃO TEMÁTICA: CAPITALISMO, ESTADO E EDUCAÇÃO: OS LIMITES DO CAPITAL. Educ. Real. 46(3), 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/bkyxVHz9FYPCwRQj8KnJCsB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de set.2025.

RIGO, Neusete Machado; OLIVEIRA, Morgana Maciel. INCLUSÃO ESCOLAR: EFEITOS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NOS PLANOS MUNICIPAIS. **POLÍTICAS PÚBLICAS, AVALIAÇÃO E GESTÃO:** Cad. Pesqui. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/g7gPkWP6pjtgXVqfdx9xhnM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de set.2025.

LOPES, Maura Corcini; MENEZES, Eliana da Costa Pereira; GRAFF, Patrícia. Entrevista com a Professora Maura Corcini Lopes: a Produção do Ser Surdo na Experiência da

Educação. **ENTREVISTAS:** Rev. bras. educ. espec.2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/SQTgBHxyKW8QCqWxx9m5LCs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de set.2025.

SANTANA, Geiverson da Silva; COSTA, Fabíola Marinho; OLIVEIRA, Roberval Passos. Produção Científica Brasileira sobre Pessoas com Deficiência Visual em Contextos de Trabalho. **Revisão de Literatura:** Rev. bras. educ. espec.2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/psCJ5KB5QgpQ7S7Yq9vjMvp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de set.2025.

CABRAL, Vinícius Neves; ORLANDO, Rosimeire Maria; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. O Retrato da Exclusão nas Universidades Brasileiras: os limites da inclusão. **OUTROS TEMAS** • Educ. Real.2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/N7wznqvPrbr4zRJddrDsNb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de set.2025.

GLAT, Rosana; ESTEF, Suzanli. Experiências e Vivências de Escolarização de Alunos com Deficiência Intelectual. **Relato de Pesquisa:** Rev. bras. educ. espec.2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/C96ZQ9VXVPKRdmHjf4LSCh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de set.2025.